

RESUMO

Estudos sobre Elites Políticas e Poder Local

O presente trabalho apresenta um panorama da produção sobre estudos de elites e poder local nos últimos vinte anos no Brasil. As duas temáticas se complementam e apresentam importante agenda de pesquisa de diversas instituições do país. Nesse sentido, primeiramente, abordamos os principais autores da Teoria das Elites. Em seguida, apresentamos os resultados da pesquisa pelo termo “elite” em duas bases de dados, a saber, Web of Science e Scopus. Do mesmo modo, expomos o conceito de Poder Local e sua literatura clássica, bem como a produção brasileira sobre “poder local” nas bases de dados, considerando a frequência das publicações ao longo dos anos, os principais autores apontados, sua filiação institucional, as principais revistas que dão escopo aos temas. Os resultados apontam para aumento das publicações nos últimos 20 anos.

Palavras-chave: elites políticas, poder local, ciência política.

ABSTRACT

In this paper, we described the studies of elites and local power production on the last twenty years in Brazil. The two topics are interconnected and they are significant in the Brazilian academic production. First, we introduce the main authors of Elites Theory. Next, we show the results of database research, Scopus and Web of Science. Then, we approach the Local Power concept and the classical literature, as well as the Brazilian production on two database; take into account the publications over the years, main authors about, the author's affiliation, main sources about the topics. Our investigation indicate publication increasingly in the last twenty years ago.

Keywords: political elites, local power, political science .

Estudos sobre Elites Políticas e Poder Local

Larissa R. V. de Arruda¹

Maria Teresa M. Kerbaux²

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se insere dentro de um esforço maior que consiste na discussão sobre a agenda de pesquisa da Ciência Política brasileira nas últimas décadas no Brasil.³ Nesse sentido, nos propomos abordar a produção sobre estudos de elites e poder local no país, que se caracteriza por ampla bibliografia, anterior a própria institucionalização da Ciência Política enquanto disciplina.

A Ciência Política foi a última Ciência Social, de suas congêneres Sociologia e Antropologia, a se institucionalizar. Contudo, os estudos sobre a política eram produzidos há muito tempo. Tanto Lamounier (2006) como Lessa (2011) destacam que existia no país um pensamento político que datava do século XIX e que foi importante para a constituição da disciplina. Ainda segundo o Lessa, o Pensamento Político Brasileiro constituído de intelectuais que praticaram o Ensaísmo histórico-sociológico. O Ensaísmo abordava temas de natureza política utilizando narrativas Históricas, Sociológicas, Literárias, Filosóficas e Econômicas, predominando entre os anos 1930 a 1960. Os trabalhos mais expressivos foram desenvolvidos pela Escola Paulista de Sociologia- da USP e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB (Forjas, 1997).

Em meados da década 1970 a Ciência Política firma-se enquanto disciplina, com cientistas integrados aos temas e padrões norte-americanos, defendendo a autonomização da política em relação a outras disciplinas. Lessa (2011) acentua que antes de 1964 a política no Brasil era percebida como efeito de dinâmicas sociais e históricas amplas, posteriormente, a Ciência Política passou a considerar os fenômenos políticos de forma isolada, com ênfase nas instituições políticas. Nesse processo, ocorreu um grande intercâmbio entre os cientistas brasileiros e as universidades norte-americanas (Forjas, 1997).

1 Doutoranda em Ciência Política na UFSCar. Bolsista Fapesp. E-mail: larissa.vaccari@hotmail

2 Professora da Unesp Araraquara. Bolsista Produtividade do CNPQ. Doutora em Ciências Sociais – PUC. E-mail: kerbaux@travelnet.com.br

3 Esse artigo compõe as apresentações da mesa temática intitulada Temas, trajetórias e agendas nos recentes estudos políticos no Brasil, apresentado no 13th International Congress of the Brazilian Studies Association (BRASA), realizado em 31/03-01/04/2016, na Brown University em Providence, Rhode Island, USA.

Diante desse quadro de mudanças das perspectivas de análise dos fenômenos políticos, os estudos sobre Elites e Poder Local também refletiram tal movimento. Até a década de 1970, autores brasileiros produziram os clássicos dos estudos do Poder Local: Tavares Bastos, *A Província* (1937); Nestor Duarte, *A Ordem Privada e a Organização da Política Nacional* (1937); Oliveira Vianna, *Populações Meridionais do Brasil* (1920); Vítor Nunes Leal, *Coronelismo, Enxada e Voto* (1949); Raymundo Faoro, *Os Donos do Poder* (1958); Maria Isaura Pereira de Queiroz, *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira* (1976). Após a institucionalização da disciplina, a Ciência Política voltou-se para outras temáticas, tais como as instituições políticas, partidos, regimes, eleições, etc.

O mesmo também ocorreu com os estudos sobre elites, ainda que houvesse algumas pesquisas em ambos campos. A partir dos anos 1960-1970 estudos sobre o tema diminuíram nos Estados Unidos. No Brasil, os trabalhos sobre elites eram escassos, a partir da década de 1980 quase desaparecem. De acordo com Codato e Perissinotto (2008) outras perspectivas foram objeto da atenção dos pesquisadores, tais como o estruturalismo marxista, o institucionalismo da escolha racional e a Sociologia Relacional de Pierre Bourdieu. Assim, os estudos sobre elites por um tempo razoável foram poucos até que nos anos recentes os pesquisadores voltaram a se interessar pelo assunto.

Nas últimas décadas, a temática das elites políticas ganhou força no Brasil e no mundo, representando agenda de pesquisas de diversas instituições. A persistência nos congressos de Ciências Sociais e Ciência Política demonstra o vigor da abordagem. Por exemplo, no maior congresso brasileiro de Ciências Sociais, no encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), o Grupo de Trabalho de Elites existiu desde 1981, embora tenha desaparecido por boa parte dos anos 1990, ressurgiu nos anos 2000⁴. Além de congressos específicos e estar sempre presente em outros congressos significativos, a temática também está presente no World Congress of Political Science, organizado pela International Political Science Association (IPSA), que desde 1971 conta com o Research Committee on Political Elites (RC02).

Antes de mostrar o panorama atual dos dois campos de pesquisa, primeiramente abordamos a literatura clássica. É importante estabelecer desde logo que o presente artigo não pretende cobrir toda a literatura relevante sobre as duas temáticas citadas. Pretendemos aqui perpassar por alguns trabalhos centrais, a fim de elucidar o quadro atual de ambos campos. Importantes pesquisas não são exploradas devido às limitações de um artigo, tendo em vista que outras contribuições teóricas com esse objetivo já foram desenvolvidas⁵. Assim, não pretendemos esgotar a discussão, e outras propostas de interpretações são possíveis.

O levantamento das recentes pesquisas sobre de elite e poder local foi realizado em duas bases de dados, a saber Web of Science e Scopus. Foram consultadas outras bases de dados, como Scielo, Periódicos Capes, ScienceDirect, mas optamos pelas referidas bases pois

4 Interessante observar que o Grupo de Trabalho (GT) foi criado na ANPOCS em 1981 permanecendo até o ano de 1992. Em 1993 não houve GT, retornando no ano de 1994. Contudo entre os anos 1995-2006 não houve discussões em GT sobre elites. O retorno ocorreu em 2007 até 2015, período em que houve continuidade nos trabalhos do GT.

5 Sobre Poder Local ver: CARONE (1971), CARVALHO (1968, 1997), KERBAUY (2000). Sobre Teoria das Elites ver: GRZYNSZPAN (1996), HOLLANDA (2011), PERISSINOTTO (2009), SAES (1994), CODATO; PERISSINOTTO (2008), CODATO et al (2014), HEINZ, (2011, 2008), BOBBIO, (2008).

ambas têm ampla documentação⁶ e melhores recursos de refinamento para a análise. Por exemplo, em algumas bases de dados não era possível separar a produção brasileira, nosso objeto, da produção mundial. Além disso, as duas bases selecionadas permitem o uso de recursos gráficos para analisar as temáticas sob diferentes aspectos, permitindo comparações entre a produção global e a brasileira. As pesquisas nas duas bases de dados foram feitas entre os dias 15 a 17 de março e cada passo para a seleção das amostras estão documentados nos anexos.

O artigo está organizado da seguinte forma, primeiramente, abordamos autores principais da Teoria das Elites. Em seguida, elucidamos os resultados da pesquisa dos estudos sobre elites nos últimos anos, comparando a produção realizada em outros países, apontando os principais autores segundo as bases de dados e as revistas que frequentemente publicam sobre. Da mesma forma, na próxima parte expomos a teoria clássica sobre Poder Local, na sequência apresentamos a produção dos últimos anos.

ESTUDOS SOBRE ELITES

Existe um grande número de autores e pesquisas que utilizam a Teoria das Elites. Aqui apresentaremos apenas os autores mais importantes dessa literatura. A Teoria das Elites foi sistematizada pelos italianos Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto. O termo, usado pela primeira vez por Mosca, ganhou maiores dimensões com na obra de Pareto. Acrescenta-se aos formuladores dessa teoria, o alemão Robert Michels (Bobbio, 2008; Grynszpan, 1996).

Sobre os três autores é importante destacar que escreveram em um momento de ascensão da Democracia e expansão da participação popular, bem como dos movimentos de esquerda. Tendo em vista esse cenário, o diagnóstico dos três autores sobre a Democracia não foi positivo, pelo contrário, para os autores a Democracia liberal, soberania popular, igualdade política, sufrágio universal eram considerados utópicos e abstratos (Hollanda, 2011; Perissinotto, 2008).

Como salientou Perissinotto (2008) o conceito de Democracia que os autores dialogavam era diferente do utilizado atualmente. Os autores reagiam a visão marxista que defendia uma Democracia direta. Assim, a Teoria das Elites nasceu antidemocrática e antissocialista, como uma resposta ao temor das massas ganharem espaço político (Bobbio, 2008).

O conceito de elite formulado por Mosca difere do formulado por Pareto. A obra de Mosca é em sua maioria dedicada ao estudo da classe dirigente. Em 1896, no seu *Elementi di scienza politica* analisando a tendência dos organismos políticos o autor afirma que em todas as sociedades existem duas classes de pessoas, a dos governantes e a dos governados.

6 A base de dados Web of Science incorpora 5 bases de dados: Principal Coleção do Web of Science (1945-2016), Biological Abstracts® (1999-presente), Derwent Innovations IndexSM (1963-presente), KCI - Base de dados de periódicos coreanos (1980-presente), SciELO Citation Index (1997-presente). Acesso em: <<https://webofknowledge.com>>.

O Scopus contém as seguintes áreas: Life Sciences (4.300 titles), Health Sciences (6.800 titles), Physical Sciences (7.200 titles), Social Sciences & Humanities (5.300 titles). Além disso “Scopus is the largest abstract and citation database of peer-reviewed literature, with bibliometrics tools to track, analyze and visualize research. It contains over 22.000 titles from more than 5.000 publishers around the world, covering the fields of science, technology, medicine, social sciences, and Arts & Humanities. Scopus has 55 million records dating back to 1823, 84% of these contain references dating from 1996”. Acesso em: <<http://www.scopus.com/>>

Mosca (2007) parte da premissa que um grupo menor organizado controla politicamente um grupo maior desorganizado.

Enquanto que Pareto escreveu uma teoria sociológica de escopo maior. O autor queria entender como ocorria o equilíbrio social (Perissinoto, 2008). Influenciado por Mosca, Pareto no *Trattato di Sociologia Generale* (1916) afirma que a humanidade não era homogênea, os homens são diferentes e a desigualdade é inata, natural e insuperável. Assim, a diferenciação entre dominados e dominantes “inerente da sociabilidade humana” (Hollanda, 2011, p.23). A elite para Pareto significa os melhores em cada ramo de atividade, no interior dessa elite existe a elite governante, que participa de um governo, e elite não-governante (Pareto, 1984).

Posteriormente, influenciado por Mosca e Pareto, Robert Michels estudou a oligarquização em organizações, isto é, o processo em que organizações se dividiam entre: uma oligarquia que governa e uma maioria governada (Michels, 1969). O autor queria entender como a democracia poderia ser exercida em partidos políticos (Grynszpan, 1996), mas encontrou um processo de oligarquização. Sob esse aspecto, a Democracia não era possível, levava ao domínio de uma oligarquia, e até mesmo o socialismo não escaparia do domínio da minoria.

Como podemos perceber para os três autores a sociedade se divide entre uma minoria governante e a maioria governada, e esta combinação com a Democracia era difícil. Mas a agenda de pesquisa levantada pelos três ganhou uma nova significação nos Estados Unidos, quando os norte-americanos solucionaram o problema da dissociação entre Elitismo e Democracia. Até a forma como os pais do elitismo eram vistos se alterou. Como aponta Grynszpan (1996), o livro de James Burnham *The Maquiavellians. Defender of Freedom* (1943) analisando a obra de Mosca, Pareto e Michels é uma das primeiras leituras positivas sobre elitismo. Se antes eram considerados autoritários e conservadores, agora seriam apenas realistas, herdeiros do realismo de Maquiavel. Mas a conformação entre os conceitos de Elites e Democracia exigiu uma nova conceituação de Democracia.

Uma nova redefinição foi realizada pelo economista Joseph Schumpeter em *Capitalismo, Socialismo e Democracia* (1942), reconhecida como uma das primeiras e das melhores junções entre Elitismo e Democracia. Assim, a democracia seria um método de escolha de lideranças políticas. O povo se limitaria a participar votando nessas lideranças, pois são incapazes de produzir ideias coerentes, o cidadão comum argumentaria de modo infantil, primitivo e seu pensamento é afetivo (Schumpeter, 1984, p.328). Então, as elites são indispensáveis e asseguram a estabilidade democrática, além da competição entre as elites impedir a formação de oligarquias. Em síntese, a Democracia é um método de escolha entre elites e a competição é sua essência. A função do eleitorado é produzir o governo e também retirá-lo.

Um profícuo debate sobre elites produzido nos Estados Unidos foi aquele entre os elitistas e os pluralistas. Carvalho (1968) analisando a relação entre os estudos de Poder Local nos Estados Unidos e Brasil pontua questões sobre o referido debate. Desde que Hunter publicou *Community Power Structure* (traduzido por Carvalho como *Poder Local*) em 1953, dois grupos se formaram: um de cunho sociológico que apoiou Hunter, entre eles Wright Mills; e outro voltado para Ciência Política, que se contrapunha ao primeiro grupo, formado por vários autores e Robert Dahl.

Os dois grupos divergiam quanto ao método de encontrar elites, o grupo dos sociólogos ficou conhecido como elitista, e o voltado para Ciência Política como pluralistas. No grupo elitista, Hunter defendia a utilização do método reputacional, que consiste em selecionar um grupo de juízes que indicam as pessoas mais influentes (Carvalho, 1968). E Mills utilizava o método posicional, em sua obra *A Elite do Poder* (1956), o método posicional consiste na identificação da posição que um indivíduo ocupava, pois através da posição pode decidir (Mills, 1975).

Mills e Hunter defendiam a unidade da elite, ou seja, a existência de uma única elite. Mills analisou quem detinha o poder a nível nacional concluiu que existia um único grupo que se imiscuia entre as esferas econômica, política e militar, definido como a elite do poder. Este grupo era coeso, tinham os mesmos interesses, frequentavam os mesmos circuitos sociais e o sistema educacional produziu sua unidade (Mills, 1975).

Além de argumentar sobre a elite do poder, consequentemente, Mills (1975) desmistificou a democracia americana ao afirmar que nos Estados Unidos havia uma elite governando. Diferentemente dos autores clássicos, Mills diagnosticou que era preciso existir mais Democracia e não menos, já que não via as massas de forma negativa, apesar de observar que as coletividades tinham elementos irracionais que se contrapunham ao indivíduo autônomo (Perissinotto, 2008).

Mills recebeu inúmeras críticas, dos marxistas, dos pluralistas e até mesmo dos neo-elitistas. Uma das críticas mais importantes veio dos pluralistas, essa é extensa e antiga. Já o pluralismo contemporâneo pode ser definido como a recusa em aceitar o exercício do poder por um povo considerado homogêneo (Perissinotto, 2008).

Os pluralistas acreditam que as minorias comandam a política, e estas não ameaçam a Democracia, o que na verdade ameaça é a participação das massas. Conforme já citado, o significado da Democracia mudou, vista tão somente como um método de escolha de elites (Schumpeter, 1984). Os autores defendem também que a competição entre as elites evita o autoritarismo. Portanto, a política é uma atividade das minorias, o que permite a compatibilização entre Elitismo e Democracia.

Um dos principais autores pluralistas, Robert Dahl aprofunda a teorização minimalista de Democracia schumpeteriana, em *Poliarquia* (1972) o pressuposto chave de uma democracia é “a contínua responsividade do governo às preferências de seus cidadãos, considerados como politicamente iguais” (Dahl, 1997, p.25). Um governo atende aos anseios de seus cidadãos se for garantida as seguintes oportunidades plenas: de formular suas preferências, de expressar suas preferências aos demais, ter suas preferências consideradas pelo governo. O caminho para Democracia converge com maior competição e maior participação.

Como podemos perceber para os pluralistas existem várias elites e diversidade dos grupos, enquanto que para os elitistas existe a unidade da elite. A principal crítica feita a Wright Mills veio de Robert Dahl, entre outras questões, divergiam sobre o método de encontrar elites. Dahl (1958) afirmou que o modelo proposto por Mills era uma teoria quase metafísica, pois uma elite “oculta” constituía a elite dominante. Dahl defendia que uma teoria deve mostrar provas empíricas, e Mills não provou que a elite do poder existia.

Dahl (1958) propõe o método decisional e apresenta os procedimentos para encontrar a elite. Segundo o autor, no sistema político, de tempos em tempos, ocorre a divergência de

preferências, se a vontade de um grupo de pessoas prevalecer perante os demais grupos, constitui-se uma elite. A elite dominante é um grupo pequeno que tem sua vontade regularmente cumprida quando ocorre divergência de preferências.

Nesse sentido, a forma de encontrar uma elite dominante se dá analisando decisões concretas e produzindo provas que o grupo sempre consegue fazer sua vontade acontecer. A hipótese de elite dominante pode ser confirmada se: 1) A elite dominante é um grupo definido. 2) Através de uma amostra significativa de casos sobre as decisões políticas-chave, e a vontade da possível elite divergir dos demais grupos. 3) Para constituir uma elite, a vontade de um grupo deve prevalecer regularmente sobre os demais grupos.

Outra importante contribuição para o debate veio do neo-elitismo, que criticou tanto o primeiro grupo dos elitistas quanto o segundo dos pluralistas. Bachrach e Baratz (2011) postulam que existem duas concepções de poder, bem como duas concepções de pesquisa. A tradição sociológica, que é a corrente elitista, analisou o poder nas comunidades. A segunda, voltada para Ciência Política, a corrente pluralista questionou a existência das elites dirigentes nas comunidades e instituições. Para os autores existem duas faces do poder, das quais os elitistas não enxergaram, enquanto os pluralistas só perceberam uma parte do poder.

O neo-elitismo concorda com as críticas feitas pelo pluralismo ao elitismo. Quanto ao pluralismo, a principal crítica dos neo-elitistas é forma como estes analisam o poder, uma vez que consideram apenas o que foi decidido. Bachrach e Baratz (2011) argumentam que analisar apenas as decisões concretas é perder a complexidade do processo. Quando os pluralistas investigam as decisões já tomadas inevitavelmente encontraram uma pluralidade de grupos disputando sobre as questões, mas ignoram uma importante face do poder: a não-tomada de decisão. Isto é, existem grupos que conseguem impedir a chegada de pautas na agenda de discussão, assim, a não-decisão é uma importante parte a ser considerada em um organismo político.

Nesse sentido, os neo-elitistas sugerem que ao invés de perguntamos como os sociólogos “Quem domina?”, ou como os cientistas políticos “Alguém tem poder?”, devemos investigar os vieses de uma instituição ou organismo político. Depois de identificar valores, mitos, regras do jogo, o pesquisador deve investigar quais pessoas ou grupos ganham com o viés do sistema e quem é prejudicado, analisando a dinâmica da não tomada de decisão. Somente após essa primeira análise, o estudioso poderia se voltar aos passos propostos pelos pluralistas, quais sejam, verificar as decisões políticas-chave e a participação na tomada de decisões de temas concretos.

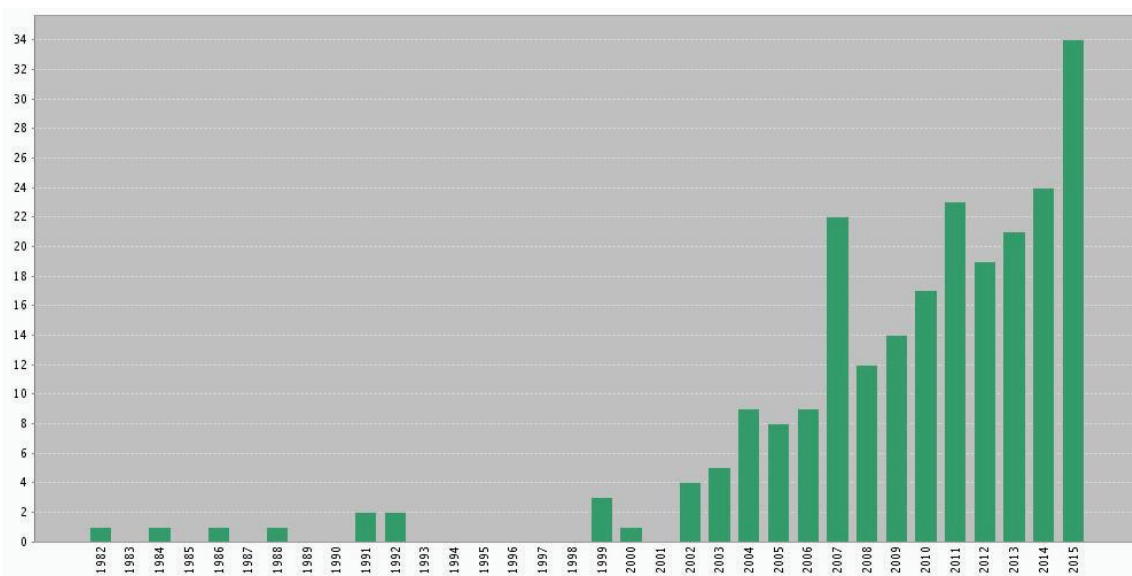
Depois de expormos as linhas gerais do pensamento elitista apresentamos os resultados pesquisados nas bases de dados selecionadas.

ESTUDOS SOBRE ELITES NOS ÚLTIMOS ANOS

Na base de dados Web of Science pesquisamos o termo “elite” foi encontrado 53.364 documentos. Foram excluídas as bases de dados: Biological Abstracts e KCI - Base de dados de periódicos coreanos. Restando as seguintes bases: SciELO Citation Index e Principal Coleção do Web of Science™, resultando em 33.919 trabalhos. Refinamos a amostra selecionando áreas das Ciências Humanas e escolhendo apenas artigos científicos devido

ao grande número de documentos, conforme pode ser visto nos anexos, totalizamos com resultado de 10.042. Como o objetivo era publicação no Brasil, selecionamos no campo “Country/Territory” Brazil, obtivemos 233 artigos.

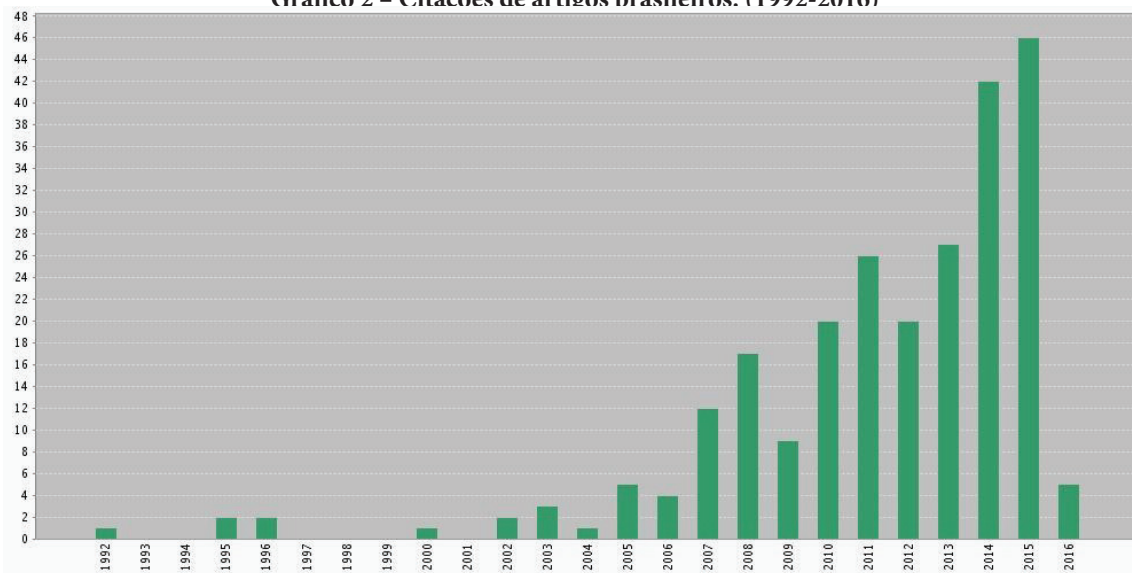
Gráfico 1- Item publicado entre os anos Produção Brasileira. (1982-2015)



Fonte: Web of Science, acesso em <15/03/2016>

Podemos notar, conforme (Codato; Perissinotto, 2008) que a publicação no Brasil era diminuta até os anos 2000, quando segundo o gráfico ocorreu um florescimento do tema.

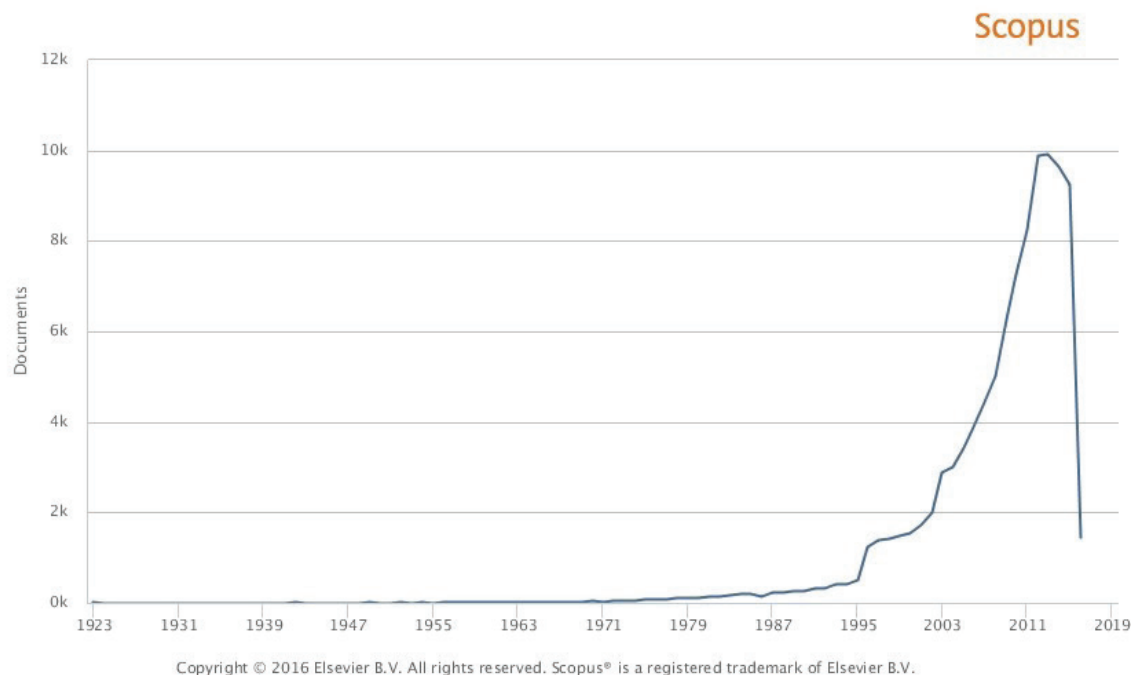
Gráfico 2 – Citacões de artigos brasileiros. (1992-2016)



Fonte: Web of Science, acesso em <15/03/2016>

Na base de dados Scopus, quando buscamos por “elite”, considerando todas as áreas do conhecimento, obtivemos 188,744 resultados. Dado o caráter do objeto voltado para Ciências Humanas, selecionamos apenas o campo “Social Sciences and Humanities” totalizando 99,884 documentos. Apresentamos abaixo dados sobre a evolução da publicação nos anos, sobre as revistas, os autores, sua filiação e a produção nos países.

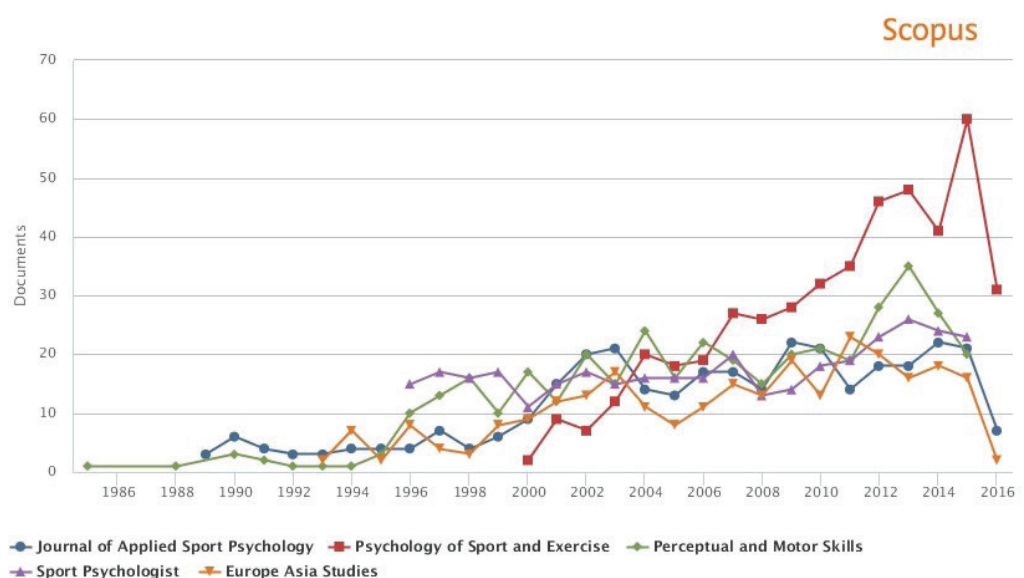
Gráfico 3- Publicação Internacional. (1923-2016)



Fonte: Scopus. Disponível em <http://www.scopus.com>. Acesso em <17/03/2016>

Internacionalmente, o interesse por estudos sobre elites teve um leve aumento durante a década de 1980, com auge na década 2010, corroborando com os resultados do Web of Science. Abaixo o gráfico 4 fornece os nomes das revistas onde mais são publicados estudos sobre elites.

Gráfico 4 – Revistas Internacionais. (1986-2016)



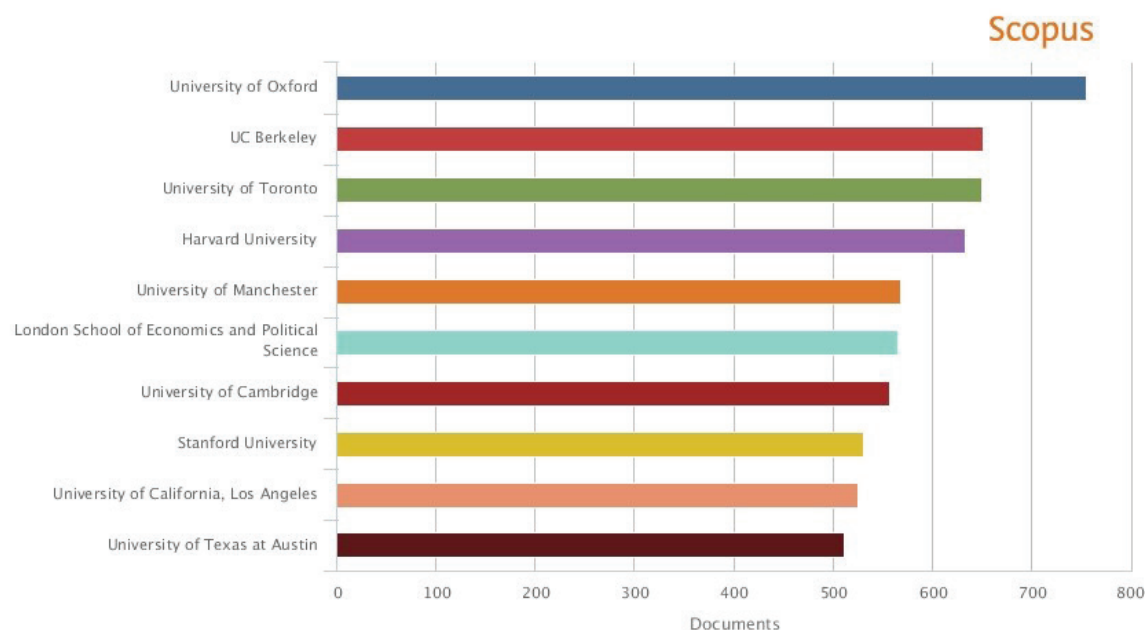
Fonte: Scopus. Disponível em <http://www.scopus.com>. Acesso em <17/03/2016>

A revista com maior produção é *Psychology of Sport and Exercise* com 461 trabalhos, em segundo a revista *Perceptual and Motor Skills* com 392 documentos, seguidos pela *Sport Psychologist* com 351, *Journal of Applied Sport Psychology* com 331 e, por fim, *Europe Asia Studies*.

Asia Studies com 270. A lista com os onze resultados seguintes encontra-se nos anexos.

Os dois gráficos em sequência 5 e 6 são interessantes pois revelam como o termo elite é utilizado internacionalmente e o tamanho reduzido da produção brasileira. O gráfico 5 mostra os estudos sobre elite se concentram em países de língua inglesa, especialmente Estados Unidos e Reino Unido. Nenhuma universidade brasileira aparece entre as dezesseis primeiras universidades que mais publicam sobre elite.

Gráfico 5– Afiliação Internacional Universitária dos autores (1923-2016)

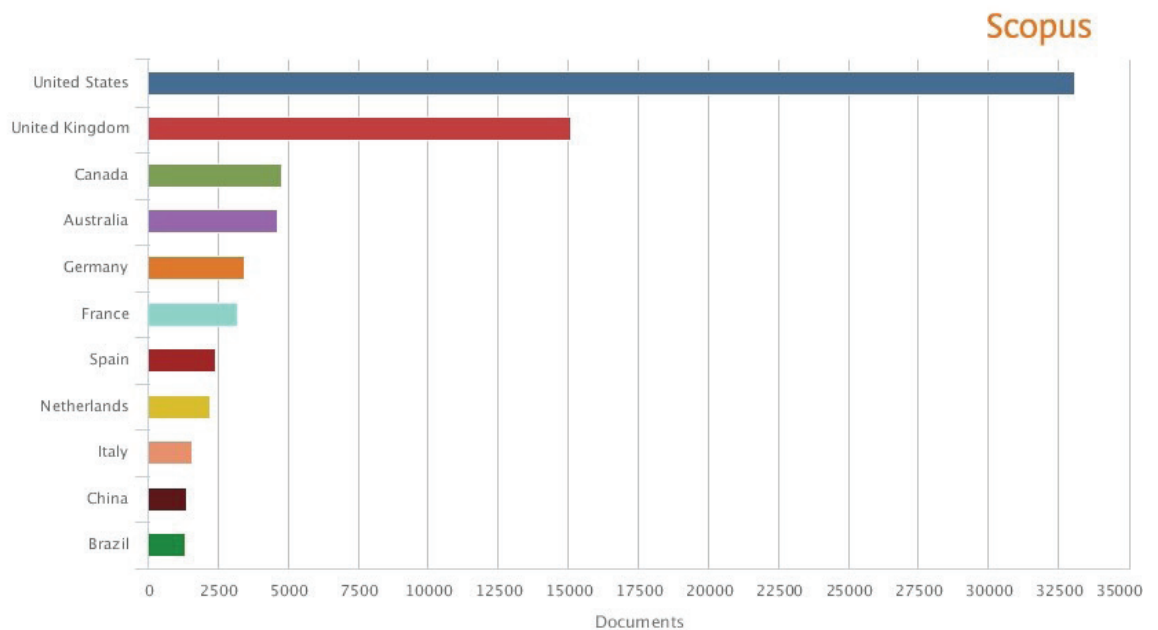


Copyright © 2016 Elsevier B.V. All rights reserved. Scopus® is a registered trademark of Elsevier B.V.

Fonte: Scopus. Disponível em <http://www.scopus.com>. Acesso em <17/03/2016>

O gráfico 6 revela a superioridade do número de publicações norte-americanas (33.072 documentos), em segundo lugar, com um pouco menos da metade que o primeiro, estão as publicações do Reino Unido (15.106 documentos). Como uma produção reduzida se comparado ao dos outros dez primeiros países, o Brasil aparece em décimo primeiro lugar (1.346 documentos). Interessante destacar que, na lista em anexo, os primeiros dezesseis países somente o Brasil aparece entre os países latinos, podemos inferir que o país publica mais que os vizinhos no que se refere aos estudos sobre elites.

Gráfico 6 – Países segundo publicação (1923-2016)

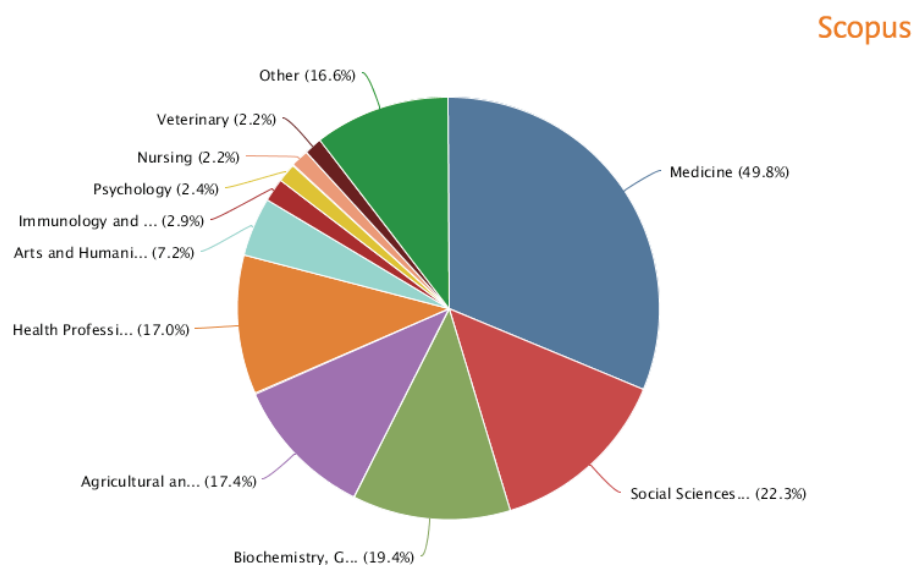


Copyright © 2016 Elsevier B.V. All rights reserved. Scopus® is a registered trademark of Elsevier B.V.

Fonte: Scopus. Disponível em <http://www.scopus.com>. Acesso em <17/03/2016>

Devido a quantidade de documentos encontrados julgamos necessário refazer novamente a pesquisa para maior rigor na amostra dos estudos brasileiros sobre elites. Assim, buscamos novamente o termo “elite”. O próximo passo para refinar a amostra foi selecionar somente os 4.453 documentos do Brasil no campo “Contry/Territory”. O gráfico abaixo mostra como o termo elite é usado por diversas áreas nas publicações brasileiras, quase sempre associado a definição de elite feita por Pareto, na qual a elite é composta pelos melhores de cada campo.

Gráfico 7 – Áreas do conhecimento no Brasil que utilizam o termo elite (1979-2016)



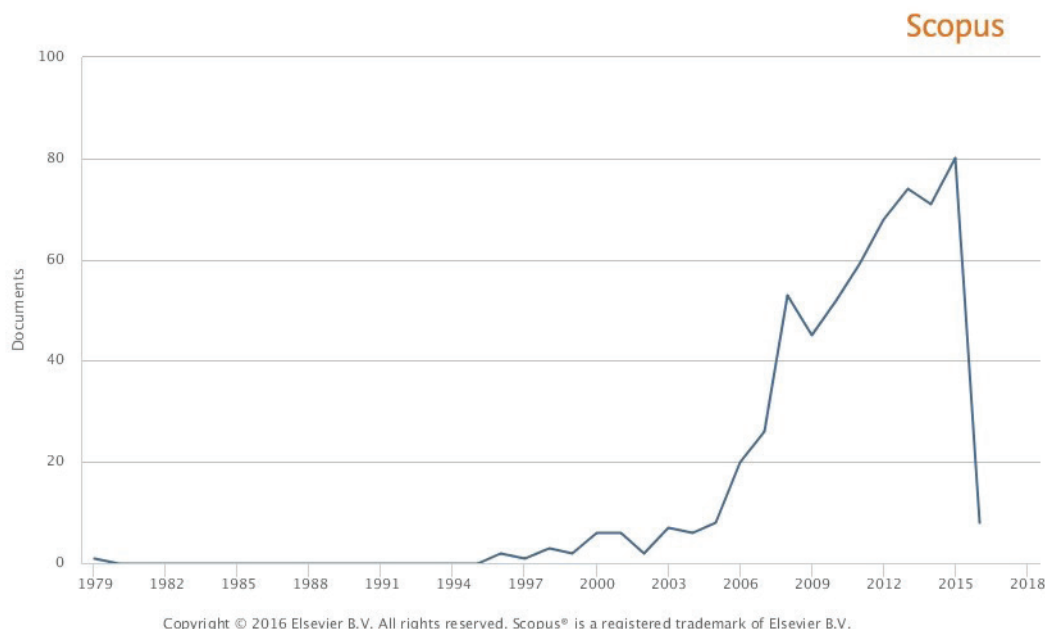
Copyright © 2016 Elsevier B.V. All rights reserved. Scopus® is a registered trademark of Elsevier B.V.

Fonte: Scopus. Disponível em <http://www.scopus.com>. Acesso em <16/03/2016>

Estudos sobre Elites Políticas e Poder Local

Dos 4453 documentos que utilizam o termo elite no Brasil, selecionamos as publicações da área de “Social Science”, o que resultou em 600 trabalhos considerando os anos de 1979 a 2016. Os gráficos a seguir mostram a produção brasileira recente.

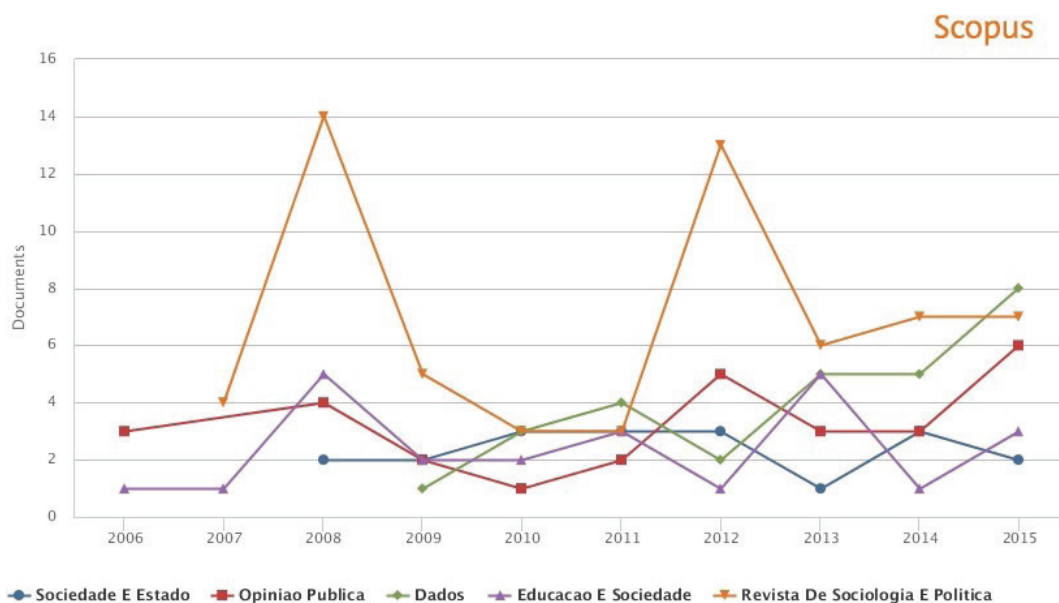
Gráfico 8 – Publicações Brasileira distribuídas pelos anos (1979-2016)



Fonte: Scopus. Disponível em <http://www.scopus.com>. Acesso em <16/03/2016>

Ao contrário da produção mundial, que teve impulso nos anos 1980, no Brasil isto ocorreu nos 1990. Assim como a tendência mundial, as publicações brasileiras também aumentaram nos anos 2000, especialmente na década 2010. Abaixo temos um gráfico sobre as revistas que dão vazão aos estudos referidos.

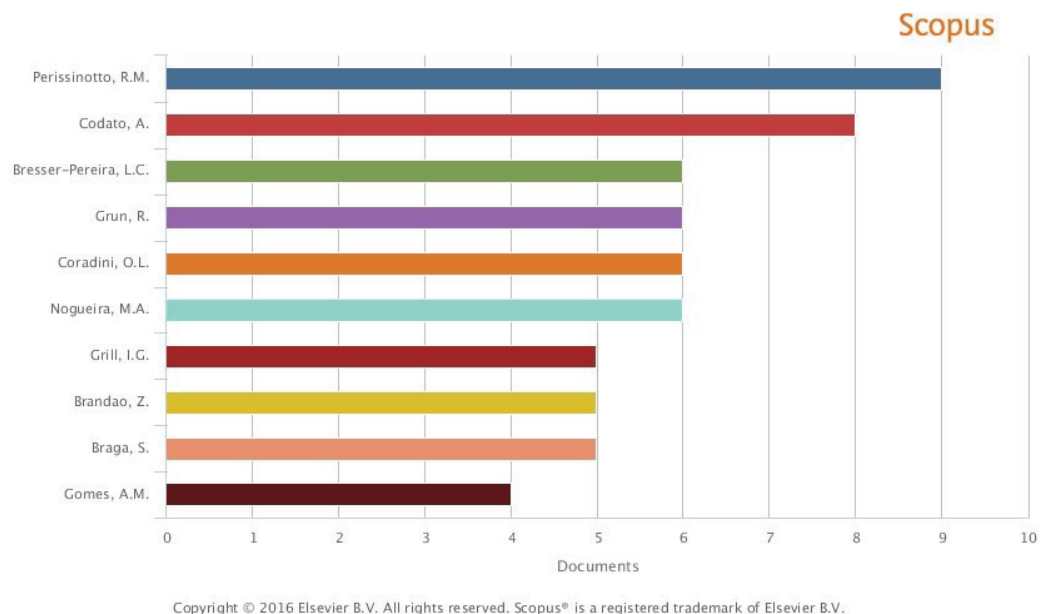
Gráfico 9 – Revistas brasileiras (2006-2015)



Fonte: Scopus. Disponível em <http://www.scopus.com>. Acesso em <16/03/2016>

A principal revista a publicar trabalhos sobre elites é a Revista de Sociologia e Política, da Universidade Federal do Paraná, com 62 documentos. Em segundo a revista Opinião Pública com 29 trabalhos, depois a revista Dados com 28 indexações, a Revista Educação e Sociedade com 24 e a Sociedade e Estado com 19. Os dados mostram a relevância dessas revistas para o tema e propulsão dos estudos sobre elites.

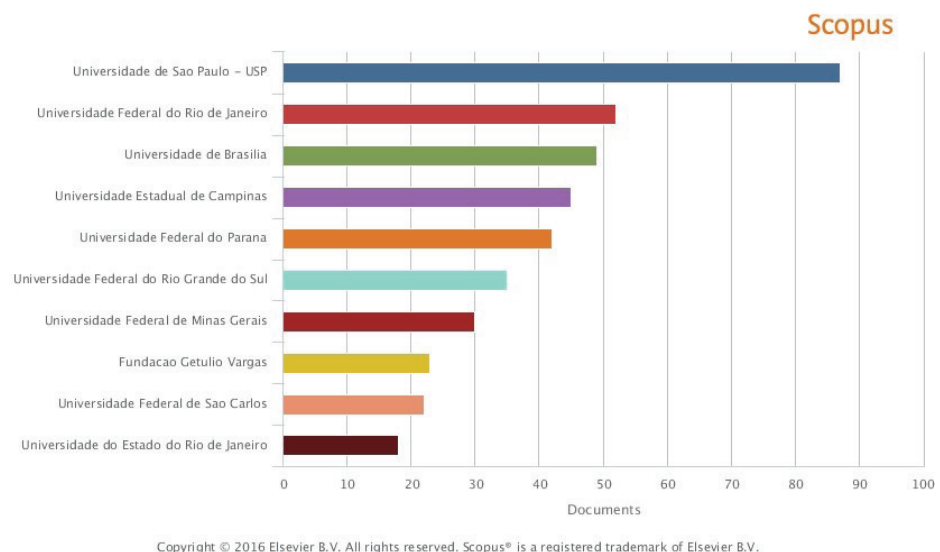
Gráfico 10 – Autores Brasileiros. (1979-2016)



Fonte: Scopus. Disponível em <http://www.scopus.com>. Acesso em <16/03/2016>

Os pesquisadores com maior número de trabalhos na base de dados Scopus são: Renato M. Perissinotto (9), Adriano Codato (8), Luis Carlos Bresser-Pereira (6), Roberto Grun (6), Odaci L. Coradini (6), Maria Alice Nogueira (6), Igor Grill (5), Zaia Brandão (5), Alfredo Macedo Gomes (4). Demais autores encontram-se nos anexos.

Gráfico 11 – Filiação dos autores brasileiros. (1979-2016)



Fonte: Scopus. Disponível em <http://www.scopus.com>. Acesso em <16/03/2016>

Conforme o gráfico 11- podemos observar a filiação desses autores, que está concentrada na Universidade de São Paulo (87 documentos). Em seguida, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (52 doc.), Universidade de Brasília (49 doc.), Universidade Estadual de Campinas (45 doc.), Universidade Federal do Paraná (42 doc.), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (35 doc.), Universidade Federal de Minas Gerais (30 doc.), Fundação Getúlio Vargas (23 doc.), Universidade Federal de São Carlos (22 doc.) e Universidade Estadual do Rio de Janeiro (18 doc.).

Apresentados os resultados da busca pelo termo “elite”, em seguida abordamos o conceito de Poder Local e, da mesma forma, expomos os resultados da pesquisa.

PODER LOCAL

O Poder Local, entendido não somente como o espaço físico em si do município ou de uma região, é também uma rede de relações que se constituem de interesses específicos, ou seja, uma abstração socialmente construída. Nesse sentido, o local é menos uma dimensão geográfica e mais um conjunto de redes estruturadas onde um complexo relacionamento entre o poder político e uma rede de poderes difusos podem disputar a capacidade de decisão. Entre estes poderes difusos, as elites são um dos poderes organizados e o Estado é um dos modelos de organização institucional do poder, como também uma das figuras que medeiam o poder (Silva, 2008).

Analisando a bibliografia sobre o Poder Local, Carvalho (1968) considera que esses estudos começaram nos Estados Unidos com Robert e Helen Lynd sobre Middletown em 1929 e 1933, mas foi com Floyd Hunter que estes estudos adquiriram sofisticação metodológica. Sobre a produção do Brasil o autor sistematiza e aponta as duas únicas fontes de estudos produzidas, até aquele momento, no país: a Revista Brasileira de Estudos Políticos e os trabalhos feitos por antropólogos brasileiros e estrangeiros. Para Carvalho, ambas as produções apresentavam problemas, uma vez que a metodologia empregada era fraca. Para o autor, tais estudos se aproximavam de uma história descritiva, com pouca preocupação com a metodologia ou técnicas de pesquisa. Outro ponto crucial, é que essas pesquisas se preocupavam somente em “detectar se o poder local é controlado por famílias ou não (Carvalho, 1968, p.243). Outras formas de poder, que não sejam o poder familiar, não são investigadas. Assim, tamanha preocupação com a família aproxima-os dos trabalhos antropológicos, que investigam o papel desta na estrutura social.

Mais recentemente, Kerbaux (2000) também classifica a literatura dos estudos sobre poder local no Brasil, e agrega às duas fontes de produção da literatura apresentadas por Carvalho uma terceira, composta por estudos históricos com ênfase no século XIX, como por exemplo, Kerbaux (1979) e Franco (1997). A autora também aponta que nos estudos produzidos, o poder oligárquico não é pensado sem o controle familiar, e mesmo que a unidade de análise seja o município, não são articuladas as intermediações entre o local, o estadual e o nacional.

Kerbaux (2000) ainda destaca a literatura clássica sobre o poder local: Tavares Bastos, A Província (1937); Nestor Duarte, A Ordem Privada e a Organização da Política Nacional (1937); Oliveira Vianna, Populações Meridionais do Brasil (1920); Maria Isaura Pereira de Queiroz, O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira (1976), - podemos incluir tam-

bém Raymundo Faoro, *Os Donos do Poder* (1958).

As obras podem ser divididas em 1) as que consideram que na política brasileira existe uma preponderância do Estado, tornando o poder local debilitado frente aos tentáculos absorventes de um Estado Patrimonial, e têm como expoentes Tavares Bastos e Raymundo Faoro; 2) trabalhos que vão ressaltar uma latente autonomia do poder privado frente o Estado, como em Duarte, Queiroz e Oliveira Vianna.

A referência clássica sobre esta temática continua sendo *Coronelismo, Enxada e Voto* (1949), de Victor Nunes Leal. Porém, a obra não se encaixa em nenhuma das divisões apontadas acima, pois Leal (1975) interpretou a realidade brasileira sem utilizar esse dualismo - como fazem Duarte e Vianna - em que as esferas pública e privada não têm nenhuma relação, caracterizando-se como esferas intransponíveis (Carvalho, 1980). Leal acabou com essa polaridade, mostrando justamente a ligação entre as esferas pública e privada contida no conceito de coronelismo.

O coronelismo foi um tema muito tratado nos estudos de poder local, Leal entendia que a base do poder local durante a República Oligárquica era o compromisso coronelista (Kerbaux, 2000, p.29). Este compromisso representa um acordo entre o poder público fortalecido e o poder privado decadente e no Brasil. A configuração histórica entre as duas esferas assume peculiaridades no contexto brasileiro, como o baralhamento, e a falta de nitidez de contornos.

Deste modo, o poder privado, no começo da Colonização, era quase único, representado pelo poder da família patriarcal, que se expressava nas rebeldias das Câmaras Municipais (Faoro, 1958). Porém, a chegada da Corte, a Independência e constitucionalização do país contribuíram para a “redução progressiva do poder privado”. No decorrer do século XIX, opera-se então, “um trabalho perseverante de consolidação” do poder público (Leal, 1975, p.72).

Por um lado, embora gradualmente se fortalecendo, o poder público não era independente, não tinha como agir sozinho. De outro lado, o poder privado estava decadente “... em consequência de crises econômicas e da agricultura predatória do café” (Leal, 1975, p. 27) e não podia mais confrontar-se com a esfera pública como fazia na Colônia, ao contrário, passa dela necessitar para manter o seu poder. Assim, visto que não podiam seguir sozinhos, poder público e poder privado unem-se, tendo em vista que “o simples fato do compromisso presume certo grau de fraqueza de ambos os lados” (Leal, 1975, p.252).

Nesse sentido, o poder público legitima o poder privado outorgando aos mandões da terra poder institucional: “[...] quando são boas as relações entre o seu poder privado (coronel) e o poder instituído, pode o coronel desempenhar, indisputadamente, uma larga parcela de autoridade pública” (Leal, 1975, p.42-43). Portanto, o Coronelismo é uma tentativa de o poder privado sobreviver à Democracia liberal:

[...] não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com o regime político de extensa base representativa (Leal, 1975, p.20).

O coronelismo é uma “forma de incursão do poder privado no domínio político”, não só uma sobrevivência do poder privado, mas também uma adaptação para coexistir com o regime representativo (Leal, 1975, p.251). O poder público alimenta e legitima o poder privado em decorrência do regime representativo. Deste modo, o coronelismo é:

[...] sistema de reciprocidade: de um lado, os chefes municipais e os “coronéis”, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça (Leal, 1975, p.43).

Leal aponta características secundárias do coronelismo: o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto e a desorganização dos serviços públicos. O mandonismo se manifesta na perseguição aos adversários, já o filhotismo, se caracteriza na concessão de favores aos amigos, colocando-os em empregos públicos, o que gera a desorganização na administração já que, na maioria das vezes, os funcionários não são pessoas qualificadas, mas apenas os afilhados do coronel. Tanto o filhotismo como o mandonismo são as faces de uma mesma moeda, expressa na frase “[...] para os amigos pão, para os inimigos pau” (Leal, 1975, p.39), o que elucida o caráter personalista descrito por Holanda (2009) do homem cordial, no qual as ações do coronel, assim como as do homem cordial, tanto boas quanto ruins, são baseadas na emoção.

O coronel não é mais o mandão político da colônia que exigia e conseguia o que queria da Coroa; ele está fraco, precisa do aparato público para exercer seu poder no município. Assim, apoiando o governo estadual recebe em troca o controle dos cargos públicos para distribuir suas graças e obter prestígio, persegue seus adversários utilizando a polícia, exerce ampla jurisdição sobre seus dependentes. No município, o coronel era livre para agir como queria, sabia que podia contar com o apoio ou a omissão do governo estadual, “o chefe local pode praticar o bem ou mal, com ação ou omissão do estado” (Leal, 1975, p. 47).

A situação econômica de dono de terras é a base do poder político do coronel, em um cenário onde o coronel é o poder e o município mais parece um território privado. “A força eleitoral (do coronel) empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras” (Leal, 1975, p. 23). O problema não é apenas de ordem pessoal, - está ligado também à estrutura econômica e social, que prendem o roceiro ao grande senhor de terras. Sobre o comportamento dos dependentes do coronel, Leal (1975, p.25) afirma que “o lógico é que presenciamos: no plano político ele luta com o coronel e pelo coronel. Aí estão os votos de cabresto, que resultam, em grande parte, da nossa organização rural”.

O coronelismo atua no município, que até então, estava impregnado do elemento rural. Segundo Leal (1975) sua base de sustentação é a estrutura agrária, e o coronelismo só se modifica alterando esta estrutura. A vitalidade do coronelismo é “[...] inversamente proporcional ao desenvolvimento das atividades urbanas, como comércio e indústria” (Leal, 1975, p. 251).

Sobre o tema, outra importante contribuição foi dada por Maria Isaura Pereira de Queiroz, segundo a qual,

o coronelismo se integra, pois, com um aspecto específico e datado dentro de um conjunto formado pelos chefes que compõem o mandonismo local brasileiro - datado porque, embora aparecendo a apelação de coronel desde a segunda metade do Império, é na Primeira República que o coronelismo atinge sua plena expansão e a plenitude de suas características. O coronelismo é, então, a forma assumida do mandonismo local a partir da proclamação da República; o mandonismo teve várias formas desde a Colônia, e assim se apresenta como o conceito mais amplo em relação aos tipos de poder político-econômico que historicamente marcam o Brasil. (Queiroz, 2006, p.177-178).

Reiterando Leal, Queiroz (2006) afirma que o coronelismo tem seu auge na República Oligárquica, mas que alguns de seus elementos já apareciam desde o Império. Para autora (1977), o mandonismo sempre existiu, sendo chamado de coronelismo no momento em que toma o poder no regime republicano.

Embora no coronelismo o papel político do coronel seja o aspecto que mais chama atenção, Queiroz pretende não se prender apenas a ele, pois isso seria “mutilar um todo complexo”. Dessa forma, a autora não só analisa as bases políticas do coronelismo, como também seus fundamentos socioeconômicos.

A origem da estrutura coronelística se dá nas parentelas, um coronel era também chefe de uma parentela. Por parentela, Queiroz (2006, p.184) entende um grupo de parentesco de sangue formado por várias famílias nucleares e algumas famílias grandes (isto é, que ultrapassam, o grupo pai-mãe-filhos), vivendo cada qual em sua moradia, regra geral economicamente independentes. As famílias podem se encontrar dispersas a grandes distâncias uma das outras e o afastamento geográfico não quebra a vitalidade dos laços, ou das obrigações recíprocas.

A coesão desses grupos ocorria devido aos laços de sangue, aos laços espirituais -o compadrio que une tanto afilhados e padrinhos como os compadres-, e à aliança - por casamentos. Constituinte-se como a base de sustentação do Coronelismo. Não raro, as parentelas se desmanchavam criando grupos rivais e novos coronéis.

Segundo Queiroz, a ascensão a chefe da parentela não era transmitida hereditariamente. Dessa maneira, poderiam competir para ascender a chefe somente os indivíduos numa mesma situação socioeconômica que o antecessor. O que fazia um membro da parentela elevar-se ao posto de coronel eram seus dotes pessoais para o mando, tais como: fortuna, instrução e casamento. O que mais importava era a situação econômica, acrescentando-se o grau de instrução e vínculos conjugais. Já o diferencial de um líder era o carisma, o que não era obrigatório para ser um coronel, mas o destacava dos demais.

Para Queiroz, o fundamento da estrutura coronelística é a posse de bens de fortuna, e não a terra, como argumentava Leal (1975). A posse de terras não define o sujeito como coronel, ela só era fonte de poder para aqueles que tinham dinheiro para explorá-la. Sem recursos, o dono de terras era obrigado apoiar-se em seus agregados. A regra geral era a de que quanto mais dinheiro para explorar a terra o proprietário possuía, mais prosperava, além de melhor se projetar politicamente frente àqueles que apenas possuíam a terra.

Outro autor, com significativas contribuições para a temática é Carvalho (1997), que concorda com Queiroz. Para ambos, o coronelismo foi um momento no qual o mandonismo local assume o poder durante a República Oligárquica. O coronelismo é datado histori-

camente na Primeira República (1889-1930), e o mandonismo sempre existiu. Carvalho interpreta o coronelismo como um sistema político nacional.

O trabalho de Carone (1971) confirma a amplitude do fenômeno, já que o autor aborda casos pelo Brasil. O “...mandonismo local é denominado indistintamente coronelismo (na maior parte do Brasil), caudilhismo (Rio Grande do Sul) chefismo (vale do São Francisco), etc” (CARONE, 1971, p.86).

Carvalho (1997) entende que o coronelismo surge de um fato político: o federalismo, que concentrou poderes nos governadores; e de um fato econômico: a decadência econômica dos coronéis. O coronelismo, ainda, teria seu fim datado em 1937, quando o último caudilho, Flores da Cunha, fora derrubado por Vargas.

Carvalho define o mandonismo como estruturas de poder local personalizada. O mandão local exerce domínio pessoal e arbitrário sobre a população e impede a liberdade de ação dos mesmos. Não é um sistema, como o coronelismo, mas uma característica da política tradicional que existe desde o Brasil Colônia. Para Carvalho (1997), a não diferenciação entre os conceitos de coronelismo e mandonismo, tornando-os sinônimos, é problemático. A imprecisão sobre os dois conceitos leva autores a afirmar sobre a existência de coronelismo urbano e até coronelismo sem coronéis.

Nesse quadro, apesar dos conceitos estarem interligados, Carvalho (1997) esforça-se em separá-los, já que além da confusão entre coronelismo e mandonismo, alguns autores ainda associam os dois ao conceito de clientelismo. Delimitando os conceitos, Carvalho afirma que o coronelismo é um sistema que envolve práticas clientelistas, caracterizado por trocas de benefícios públicos por votos entre os atores políticos. Dessa forma, o clientelismo também é um conceito que perpassa toda a história política brasileira, como também o mandonismo. Já o coronelismo é datado na Primeira República.

Dentre os vários autores que Carvalho (1997) analisa, destacamos aqui Cammarck por sua oposição à tese de Leal:

Sustentarei que sua discussão do papel desempenhado pelos proprietários de terra e seus aliados na política municipal, estadual e nacional acha-se viciada por uma série de pressupostos falsos e inconsistências internas e que, em particular, o próprio conceito de “compromisso coronelista” é totalmente destituído de validade. (Cammack, 1979, p.1)

Cammack identifica clientelismo com coronelismo, o que é criticado por Carvalho, que tenta justamente fazer separação entre os conceitos. Cammack também nega a validade do compromisso coronelista, nega que os coronéis controlassem votos e questiona a dependência do eleitor em relação ao coronel.

A crítica de Cammarck questiona um dos pés do compromisso coronelista, que é o controle de votos exercido pelo coronel trocados pela carta branca no município. Para o autor: “[...] Nunes Leal não submete a nenhuma análise crítica sua afirmativa, enganosamente simples, de que o governo estadual dependia do coronel para obter os votos que o mantinham no poder” (Cammack, 1979, p.7).

Diante das críticas recebidas, afinal o compromisso coronelista existiu? Quanto às observações de Cammarck, Carvalho (1997) faz duas ponderações. Primeiro, a de que há con-

senso, segundo testemunhos da época e de estudiosos, que os coronéis controlavam votos. Segundo, Carvalho aceita a crítica de Cammarck quanto ao valor dos votos como moeda de troca, pois na época a votação valia pouco e era manipulada facilmente. Nesse sentido, o voto como base de sustentação do compromisso coronelista pode ser relativizado. Carvalho defende que a ideia de compromisso pôde ser mantida sem que se desse peso decisivo ao voto, já que era o compromisso entre os atores que sustentava o coronelismo.

Nesse compromisso, o governador podia não ser apoiado por um ou outro coronel, mas um governador não poderia se manter sem o apoio do conjunto dos coronéis. Se um governador entrasse em conflito com vários coronéis ficaria em difícil situação como ocorreu na Bahia, Goiás, Ceará e em Mato Grosso, sendo o último o mais grave, quando o governador Antônio Paes de Barros foi assassinado. Para o mínimo de estabilidade nesse sistema, era imprescindível um acordo com conjunto de coronéis. Portanto, a votação era realmente insignificante, o que mantinha o coronelismo era o acordo.

A estabilidade do sistema como um todo exigia que a maioria dos coronéis apoiasse o governo, embora essa maioria dos coronéis pudesse ser trocada. As manipulações dos resultados eleitorais eram recorrentes, assim a votação era apenas uma forma de legitimar acordos já estabelecidos. Essa configuração revela o quanto o povo era excluído do processo político.

Dentro das conjunturas complexas do país que incluem diferentes contextos regionais existem relatos de barganha de um segmento independente do coronel, que recebia kits com presentes em épocas eleitorais (Queiroz, 2006); de voto de cabresto, voto de quem era ou não alfabetizado; de irregularidades nas eleições, ocorrendo casos em que pessoas votavam duas vezes, votos de pessoas já mortas, ou simplesmente o bico de pena proclamando o vencedor independente dos votos.

Portanto, o compromisso coronelista era fundamental para o funcionamento do arranjo institucional entre as esferas feral, estadual e municipal. O voto não era sua base, mas sim o compromisso coronelista.

Tendo em vista essas considerações apresentamos na sequência os resultados da pesquisa sobre Poder Local nas bases de dados.

ESTUDOS RECENTES SOBRE PODER LOCAL

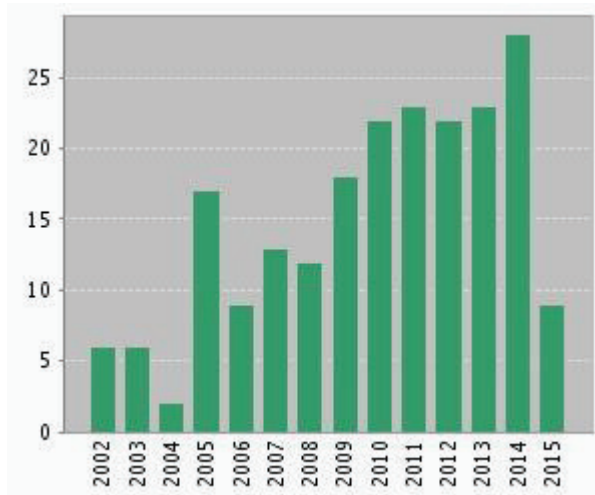
Na base de dados Web of Science na pesquisa sobre os termos “poder local”⁷, foram encontrados 735 trabalhos. Como o foco do artigo são trabalhos de Ciências Humanas, especialmente Ciências Sociais produzido no Brasil, foram excluídas as bases de dados: Biological Abstracts e KCI - Base de dados de periódicos coreanos. Restando as seguintes bases: SciELO Citation Index e Principal Coleção do Web of ScienceTM. Da exclusão das duas bases de dados restaram 706 trabalhos. Os 706 estavam divididos em cem áreas diferentes de pesquisa, como pode ser observado nos anexos que contém cada passo da seleção da amostra. Foram excluídas as Ciências Exatas e Biológicas, restando 390 pesquisas. Refinamos mais uma vez a amostra quanto ao país de publicação, selecionando as entradas “Brazil” e “Brasil”, o que excluía 30 países, totalizando o número de 210 estudos.

7 Conforme pode ser visualizado nos anexos buscamos pelas duas palavras juntas, pois ao colocar “poder e local” a ênfase nas bases de dados era para palavra “poder”.

Estudos sobre Elites Políticas e Poder Local

O relatório de citações do Web of Science busca documentos entre os anos de 1945-2016, os resultados mostram uma crescente produção nos últimos dez anos, conforme notamos abaixo:

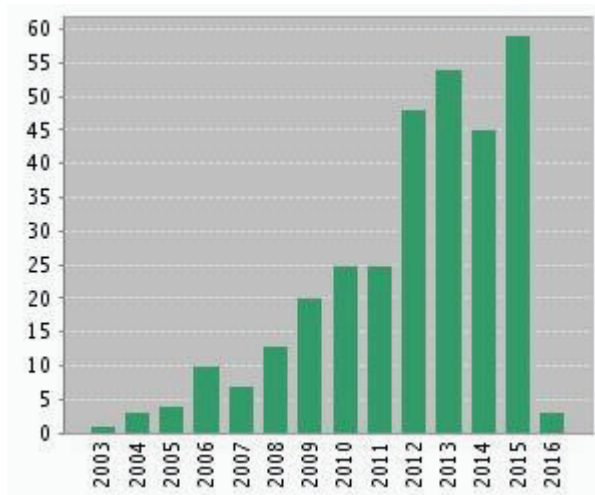
Gráfico 12- Documentos publicados no Brasil. (2002-2015)



Fonte: Web of Science, acesso em <15/03/2016>

Podemos observar um aumento da publicação de documentos que utilizam o termo Poder Local nas Ciências Sociais brasileiras. O ápice dessas publicações ocorreu no ano de 2014. No gráfico abaixo podemos verificar a correspondência entre produção versus citação, que não necessariamente se relacionam. Por exemplo, apesar do ano de 2005 existirem publicações isso não resultou em citações nos anos seguintes, as citações só aumentaram a partir de 2012.

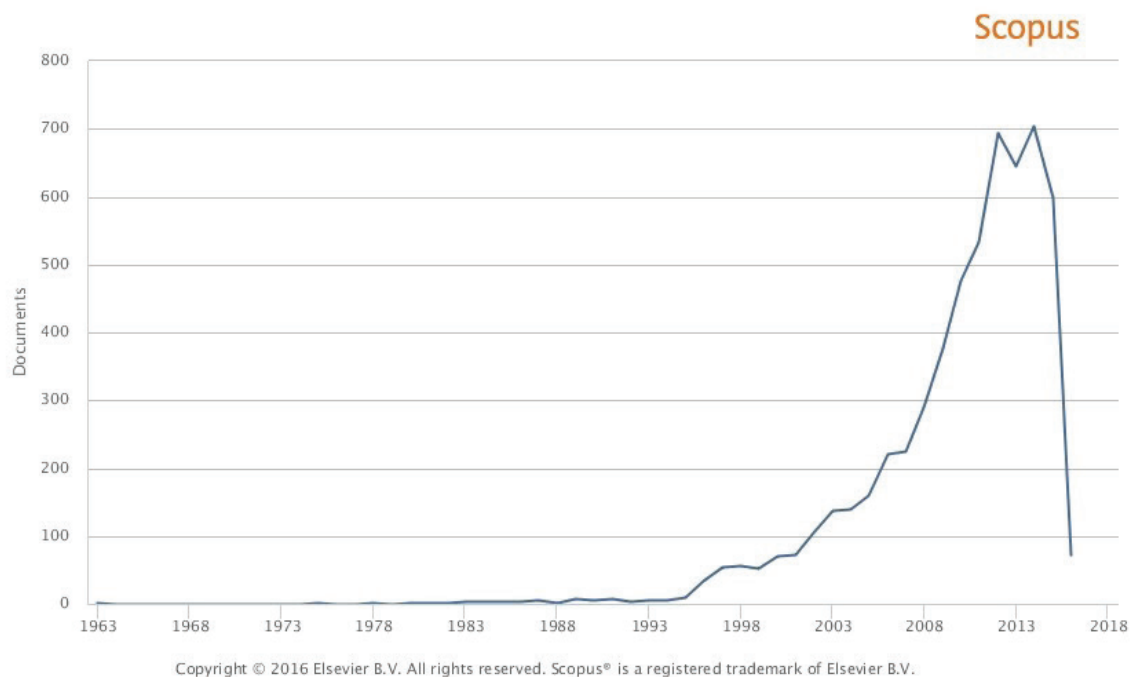
Gráfico 13- Citações de artigos brasileiros. (2003-2016)



Fonte: Web of Science, acesso em <15/03/2016>

A base de dados Scopus contém maiores recursos de análise das amostras. Do mesmo modo, buscamos pela entrada “poder local” e o resultado apontou 5.786 documentos. Nesse momento da pesquisa, alguns gráficos foram gerados no que se refere a toda produção internacional sobre o tema. O gráfico abaixo mostra a trajetória dessa produção.

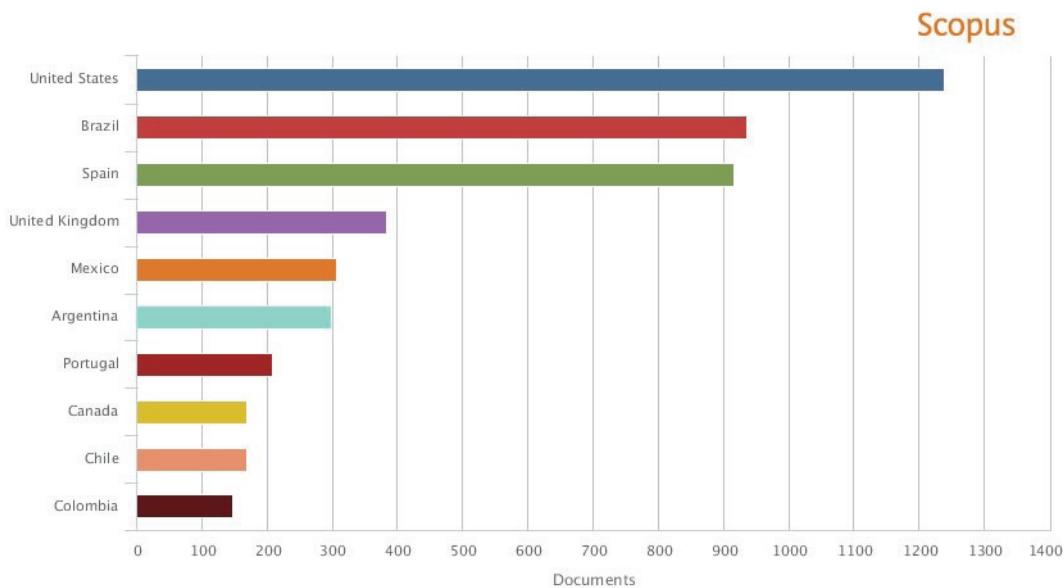
Gráfico 14 – Documentos publicados Internacionalmente. (1963-2016)



Fonte: Scopus. Disponível em <http://www.scopus.com>. Acesso em <15/03/2016>

Podemos perceber que as duas bases de dados corroboram no aumento da produção, o Web of Science mostrou aumento da produção brasileira nos anos 2000, especialmente de 2005-2014. Do mesmo modo, a produção mundial apresentada pelo gráfico 14 acima mostra um aumento nos anos 2000, com ápice em 2014 (703), como pode ser verificado nos anexos. Portanto, as duas bases de dados apontam 2014 como o ano de maior produção. A coincidência entre a produção mundial e brasileira pode ser explicada, como veremos no gráfico 15, devido ao tamanho da produção brasileira em relação a produção mundial, ou seja, o que se produz no Brasil sobre poder local corresponde a porcentagem significativa do que se produz internacionalmente, a relação é diferente no que se refere aos estudos sobre elites. Podemos notar abaixo que o Brasil é o segundo país que mais produz sobre o tema com 935 documentos e os Estados Unidos o primeiro com 1239 documentos.

Gráfico 15- Documentos produzidos internacionalmente (1963-2016)

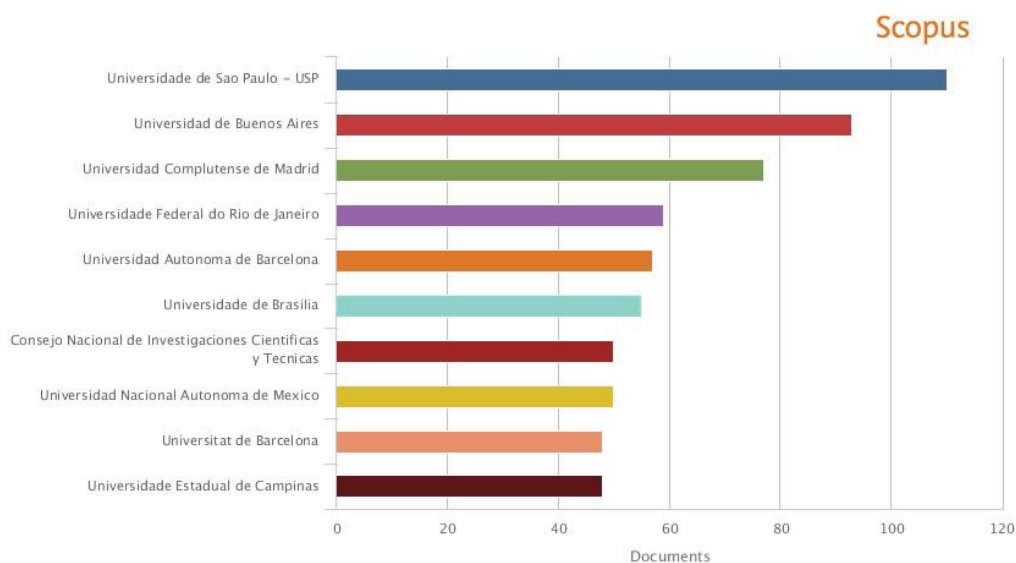


Copyright © 2016 Elsevier B.V. All rights reserved. Scopus® is a registered trademark of Elsevier B.V.

Fonte: Scopus. Disponível em <http://www.scopus.com>. Acesso em <15/03/2016>

Outra relação interessante está entre os gráficos 15, Documentos produzidos internacionalmente e 16, Documentos segundo filiação universitária dos autores. Ainda que os Estados Unidos sejam o país que mais publicam sobre Poder Local, a instituição de ensino que mais produz pesquisas sobre o assunto é a Universidade de São Paulo (110 documentos), seguida pela Universidade de Buenos Aires (93 documentos). Podemos concluir que a publicação norte-americana é dispersa, enquanto que no Brasil e Argentina aquelas universidades concentram as publicações.

Gráfico 16- Documentos segundo filiação universitária dos autores. (1963-2016)

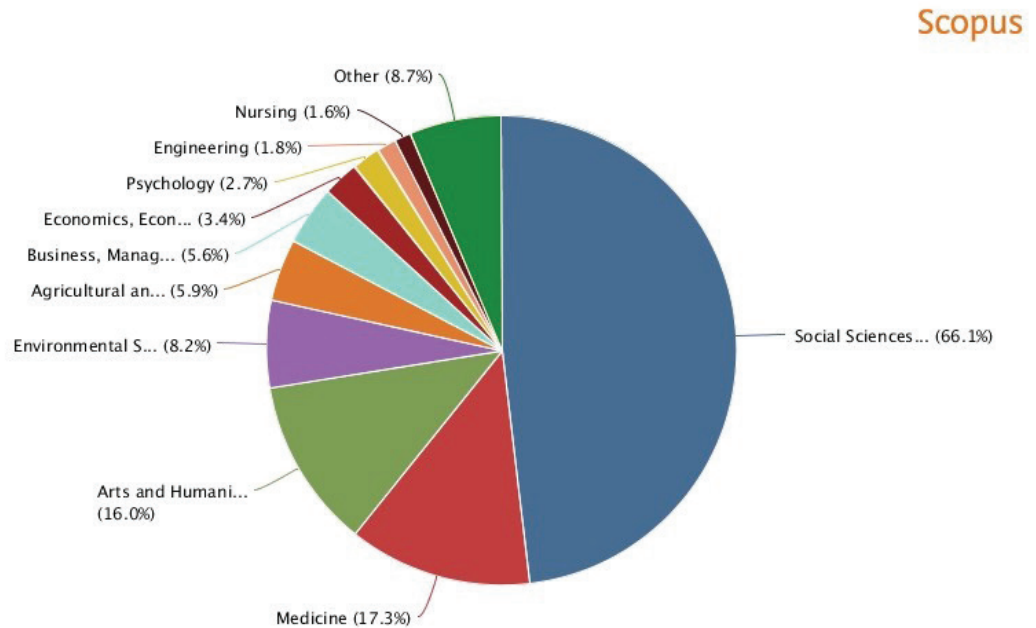


Copyright © 2016 Elsevier B.V. All rights reserved. Scopus® is a registered trademark of Elsevier B.V.

Fonte: Scopus. Disponível em <http://www.scopus.com>. Acesso em <15/03/2016>

O próximo passo foi buscar maior refinamento da pesquisa de acordo com nosso objeto, a produção brasileira de Ciências Sociais sobre Poder Local. Então, refinamos a amostra nos campos “Country/Territory” selecionando apenas o Brasil, obtivemos 935 documentos. O gráfico abaixo mostra o uso do termo em outras áreas do conhecimento.

Gráfico 17- Áreas no Brasil que utilizam o conceito Poder Local (1995-2016)

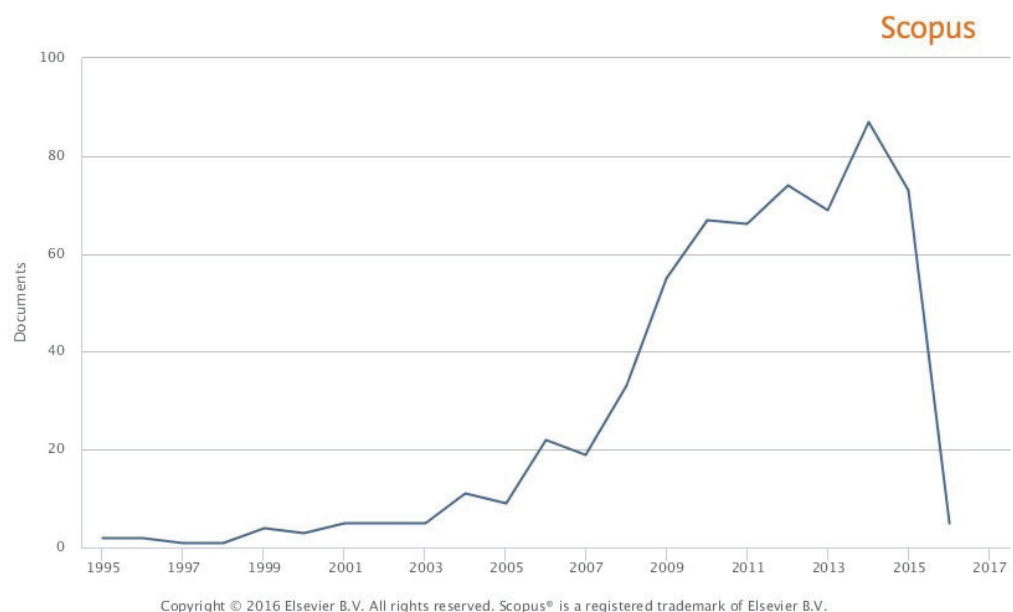


Copyright © 2016 Elsevier B.V. All rights reserved. Scopus® is a registered trademark of Elsevier B.V.

Fonte: Scopus. Disponível em <http://www.scopus.com>. Acesso em <15/03/2016>

Embora outras áreas de Exatas, Humanas e Biológicas utilizem a termo Poder Local, podemos notar a predominância do uso das Ciências Sociais (66%). Em seguida, limitamos no campo “Subject Area” apenas para “Social Science” e foram encontrados 618 documentos.

Gráfico 18- Documentos publicados no Brasil por ano (1995-2016)

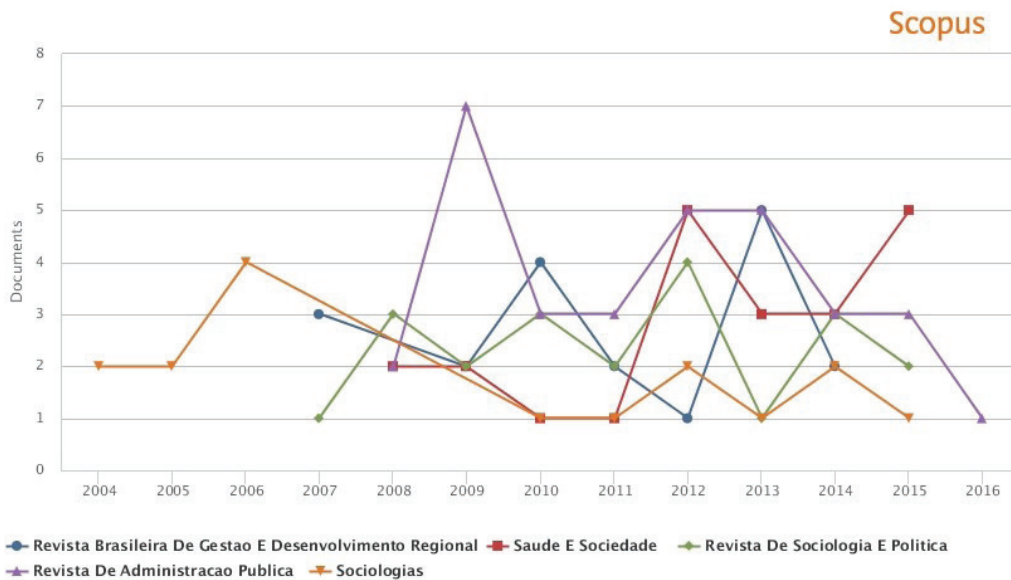


Fonte: Scopus. Disponível em <http://www.scopus.com>. Acesso em <15/03/2016>

Estudos sobre Elites Políticas e Poder Local

Conforme já apresentado nos gráficos anteriores, a produção brasileira representa grande fatia da mundial, assim ambos gráficos, Scopus e Web of Science, confirmam os anos de maiores publicações.

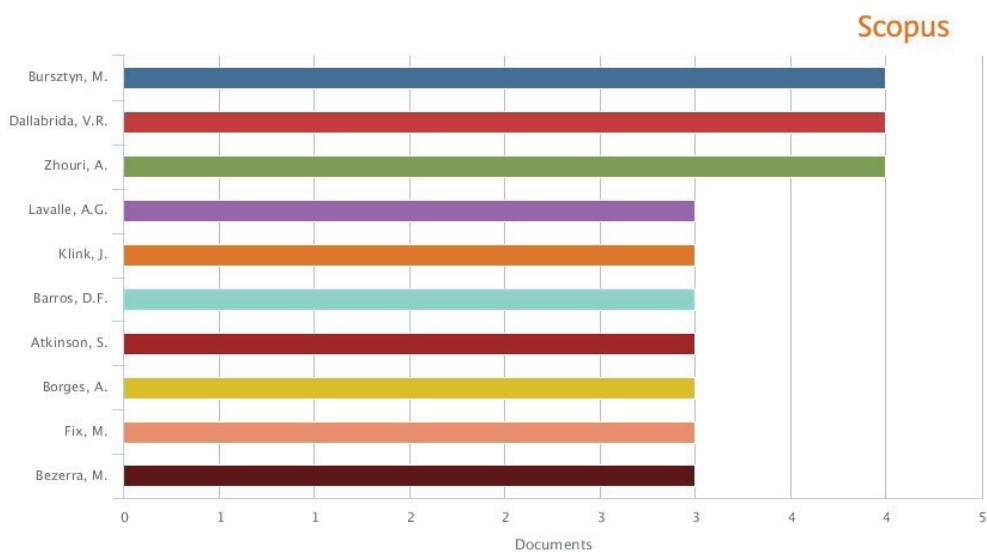
Gráfico 19- Revistas Brasileiras que publicam sobre o tema Poder Local. (2004-2016)



Fonte: Scopus. Disponível em <http://www.scopus.com>. Acesso em <15/03/2016>

A revista que possui maior número de menção aos temas sobre Poder Local é a Revista de Administração Pública (32 documentos), em seguida a Revista Saúde e Sociedade (22 doc.), Revista de Sociologia e Política (21 doc.), depois a Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional (19 doc.), Revista Sociologias (16 doc.). Ainda aparecem da lista importantes revistas de Ciências Sociais, como a Dados (12 doc.), Opinião Pública (11 doc.).

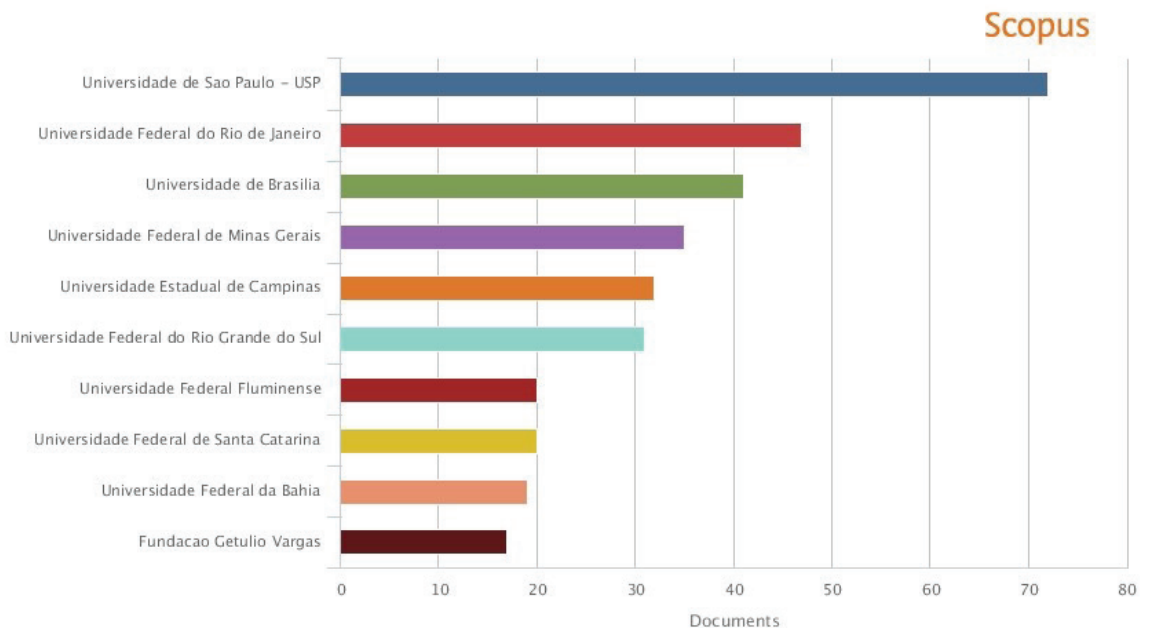
Gráfico 20 – Autores brasileiros que utilizam o termo Poder Local (1995-2016)



Fonte: Scopus. Disponível em <http://www.scopus.com>. Acesso em <15/03/2016>

O gráfico 20 mostra os autores que mais utilizaram o termo encontrados na base de dados do Scopus. Em primeiro, Marcel Bursztyn (4 documentos), seguido por Valdir Roque Dallabrida (4 documentos), Andréa Zhouri (4 documentos), Adrian Gurza Lavalle (3 documentos), Jeroen Klink (3 documentos). A lista com os dezesseis primeiros autores encontra-se nos anexos.

Gráfico 21- Afiliação universitária dos autores (1995-2016)



Copyright © 2016 Elsevier B.V. All rights reserved. Scopus® is a registered trademark of Elsevier B.V.

Fonte: Scopus. Disponível em <http://www.scopus.com>. Acesso em <15/03/2016>

A Universidade de São Paulo concentra a produção sobre (72 documentos), em segundo lugar, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (47 doc.), seguidos pela Universidade de Brasília (41 doc.), Universidade Federal de Minas Gerais (35 doc.), Universidade Estadual de Campinas (32 doc.), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (31 doc.), Universidade Federal Fluminense (20 doc.), Universidade Federal de Santa Catarina (20 doc.), Universidade Federal da Bahia (19 doc.) e Fundação Getúlio Vargas (17 doc.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos um panorama das publicações brasileiras sobre Poder Local e Elites, através de pesquisa realizada em duas bases de dados internacionais. Interessante destacar que as produções sobre Elites têm escopo maior que as de Poder Local. Outra diferença, o Brasil tem significativo impacto nos trabalhos sobre Poder Local, ocupando a segunda posição. O mesmo não ocorre com os estudos de Elites, em maior volume, estes estudos são feitos principalmente em países de língua inglesa. O Brasil ocupa a décima primeira posição, nesta área é o primeiro país da América Latina em produção sobre o tema.

Os trabalhos sobre Poder Local se mantiveram estagnados até os anos 1990, quando houve um novo impulso que teve o seu ápice nos anos 2000. Os países com maior publicação são Estados Unidos, Brasil, Espanha e Reino Unido. Ainda que o maior número de publicações seja norte-americana, a USP concentra as filiações dos autores que produziram sobre

o tema. O assunto se concentra nas Ciências Sociais, 66% dos documentos são desta área.

As pesquisas sobre Elites, após o período de declínio nos anos 1960-1970, voltaram a ganhar impulso nos anos 1980. O momento ápice das produções também foram os anos 2000. O Brasil representa uma pequena fatia diante das grandes publicações mundiais e entre as dezesseis universidades, dos autores que mais publicam, não aparece nenhuma instituição brasileira. Em relação à publicação brasileira, a USP também concentra a afiliação dos autores.

Outro dado sobre as revistas científicas mostra onde ocorrem as publicações sobre os temas. Os estudos sobre Poder Local têm como locus de publicação a Revista de Administração Pública. Enquanto os estudos sobre Elites têm espaço na Revista de Sociologia e Política, da UFPR. O quadro apresentado caracteriza o aumento das publicações em ambas áreas, como também o seu fortalecimento.

REFERÊNCIAS

- BACHRACH, Peter. BARATZ S., Morton. (2011) "Duas Faces do Poder". Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 19, n. 40, p. 149-157, out.
- BASTOS, Tavares. (1937) A província: estudo sobre a descentralização do Brasil. São Paulo: Ed. Nacional (Coleção Brasileira).
- BOBBIO, N. Teoria das elites. (2008) In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (orgs.). Dicionário de Política. 13ª ed. Brasília: UNB. pp.385-391.
- BURNHAM, James. (1943) The Maquiavellians. Defender os Freedom. New York: The John Day Company.
- CAMMACK, Paul. (1979) O coronelismo e o compromisso coronelista: uma crítica. Cadernos do Departamento de Ciência Política, Belo Horizonte, nº 5, p.1-20.
- CARONE, Edgar. (1971) Coronelismo: definição histórica e bibliográfica. Revista de Administração de Empresas. Rio de Janeiro, FGV, jul/set.
- _____ (1970) A república velha. São Paulo: Difusão Européia do Livro, v. 1 - Instituições e classes sociais.
- CARVALHO, J. M. (1968) Estudos de poder local no Brasil. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, UFMG, Nº25/25, P.232-244.
- _____ (1997) Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. Dados, Rio de Janeiro, v. 40, n.2. Disponível em <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=pt&nrm=iso> acessos em 01 abr. 2010.
- _____ (1980) Em louvor de Victor Nunes Leal. Dados, Rio de Janeiro, vol. 23, nº 1, p. 5-9
- CODATO, A.; COSTA, L. D.; MASSIMO, L. Classificando ocupações prévias à entrada na política: uma discussão metodológica e um teste empírico. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 20, nº 3, dezembro, 2014, p. 346-362.
- _____ PERISSINOTTO, Renato M. (2008) Por um retorno à Sociologia das Elites. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 16, n. 30, p. 7-15, jun.
- DAHL, R. (1997) Poliarquia. São Paulo: Edusp.
- _____ (1958) A critique of the ruling elite model. The American Political Science Review, v. 52, n. 2, p. 463-469.
- DUARTE, Nestor. (1997) A Ordem Privada e a Organização Nacional. 2ªed., Brasília.
- FAORO, Raymundo. (2008) Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro. 4ªed., São Paulo: Editora Globo.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. A emergência da Ciência Política acadêmica no Brasil: aspectos institucionais. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 12, n. 35, Oct. 1997. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091997000300007&lng=en&nrm=iso>. access on 29 Apr. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091997000300007>.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. (1997) Homens Livres na Ordem Escravocrata. 4º ed., São Paulo: Fundação Editora Unesp.

GRYNSZPAN, Mario. (1996) A teoria das elites e sua genealogia consagrada. BIB, n.41, p. 35-83.

HEINZ, Flavio. (org.) (2011) História Social de Elites. São Leopoldo-RS, Editora Oikos.

____ (org.) (2006) Por outra história das elites. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

HOLANDA, Sérgio B. (2009) Raízes do Brasil. 26º ed., São Paulo: Companhia das Letras.

HOLLANDA, Cristina B. (2011) Teoria das Elites. Rio de Janeiro: Zahar.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. (2000) A morte dos coronéis: política interiorana e poder Local. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora.

____ (1979) Poder político local, do coronelismo ao populismo (um estudo de caso – São Paulo). Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Pós-Graduação em Ciência Política. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1979.

LAMOUNIER, Bolivar. (2006) Formação de um pensamento autoritário na Primeira República. Uma interpretação. In: FAUSTO, Boris. História da Civilização Brasileira. Tomo III – O Brasil Republicano. Sociedade e Instituições, vol. 9. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

LESSA, Renato. O campo da ciência política no Brasil: uma aproximação construtivista. Revista Estudos Hum(e)anos. Número 2, 2011/01.

LEAL, Victor Nunes. (1948) Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1975.

MICHELS, Robert. (1969) Los patidos politicos: un estudio sociologico de las tendencias oligarquicas de la democracia moderna. Buenos Aires: Amorrortu., 231 p.

MILLS, Charles Wright. (1975) A elite do poder. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar.

MOSCA, Gaetano. (2007) La Clase Política. In: BATLE, Albert (Org.) Diez Textos Básicos de Ciencia Política. 3ª ed. Barcelona: Ariel, p.23-36.

PARETO, Vilfredo. Pareto. (1984) Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 43, São Paulo, Ática.

PERISSINOTTO, Renato M. (2009) As elites políticas: questões de teoria e método. Curitiba: IBPEX.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. (2006) O Coronelismo Numa Interpretação Sociológica. In: FAUSTO, Boris (Org.) História Geral da Civilização Brasileira. 2ª ed., São Paulo: DIFEL, p.155-188.

____ (1976) O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e outros ensaios. São Paulo: Editora Alfa-Omega.

SAES, Décio. (1994) UMA CONTRIBUIÇÃO À CRÍTICA DA TEORIA DAS ELITES. Revista de Sociologia e Política. Curitiba. Nº3. pp.7-20.

SCHUMPETER, Josef A. (1948) Capitalismo, Socialismo e Democracia. Rio de Janeiro:

Zahar Editores. 1984. p.534.

SILVA, Márcia da. (2008) Poder local: conceito e exemplos de estudos no Brasil. Sociedade & Natureza, Uberlândia, 20 (2): 69-78, DEZ.

VIANNA, J. Oliveira. (1987) Populações Meridionais do Brasil. Niterói: Eduff.



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



Departamento de
Ciência Política

Programa de Pós-Graduação
em Ciência Política

